

OS SENTIDOS DO IDIOMA NACIONAL*

As Bases Enunciativas do Nacionalismo Lingüístico no Brasil

Luiz Francisco DIAS

RESUMO *Desenvolvemos neste estudo uma análise dos discursos parlamentares das décadas de 30 e 40 que tratam do problema da denominação do idioma falado no Brasil. O debate em torno da adoção do atributo “brasileiro” para esse idioma nos permite formular hipóteses interessantes sobre como se configurava uma identidade para a nação e para o brasileiro na época. A tentativa de mudança da denominação de língua portuguesa para língua brasileira significava, para os que combatiam essa mudança, uma tentativa de desestabilizar todo um percurso de escrita em relação ao qual a sociedade letrada do País encontrava a sua própria referência. Para os que defendiam a mudança, ela significava uma forma de conceber, com uma forte carga de ufanismo, a brasilidade e a nação a partir da tradição positivista. Para chegarmos a essa conclusão, tomamos as construções nominais como fato básico de linguagem. É um fato de linguagem porque os recortes que tomamos para análise adquirem teoricamente uma densidade que ultrapassa em muito a aceção empírica da noção de dado. Trabalhamos no sentido de mostrar que essa densidade é relativa ao caráter da enunciação, definida como um acontecimento de linguagem afetado por uma memória, que é a exterioridade constitutiva desse acontecimento. Procuramos então estudar aqueles fatos de linguagem tendo em vista as posições de sujeito na enunciação relativamente à memória. Esperamos ter mostrado a importância do tipo de semântica com a qual operamos neste estudo, uma semântica que pode fornecer subsídios para formularmos juízos a respeito da constituição da cidadania e da identidade nacional.*

RÉSUMÉ *Cette étude analyse des discours parlementaires des années 30 et 40 qui s'occupent de la dénomination de la langue parlée au Brésil. Le débat autour de l'adoption de l'attribut “brésilienne” à cette langue nous permet de formuler des hypothèses sur la manière comme une identité brésilienne se constituait pour la nation et pour le Brésilien de cette époque. La tentative de changer la dénomination de langue portugaise par langue brésilienne signifiait pour ceux qui en étaient contre une tentative de rendre fragile tout un parcours d'écriture par rapport auquel la société lettrée du*

* Texto resultante da Tese de Doutorado com o mesmo título apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, em 13 de novembro de 1995, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães.

pays rencontrait sa propre référence. Pour ceux qui étaient pour ce changement, il signifiait une façon de concevoir, avec fierté, la “brasilidade” et la nation à partir de la tradition positiviste. Pour aboutir à cette conclusion, nous avons pris les constructions nominales comme un fait de langage. C’est un fait de langage, parce que les découpages que nous avons analysé acquièrent théoriquement une densité qui dépasse beaucoup l’acception empirique de la notion de donnée. Nous avons essayé de montrer que cette densité se rapporte au caractère de l’énonciation, définie comme un événement de langage affecté par la mémoire, qui est l’extériorité constitutive de cet événement. Nous avons alors étudié ces faits de langage en tenant compte des positions de sujet dans l’énonciation relativement à la mémoire. Nous croyons avoir pu montrer l’importance du modèle de sémantique que nous avons suivi dans cette étude, une sémantique qui nous offre des moyens pour la formulation de jugements sur la constitution de la citoyenneté et de l’identité nationale.

INTRODUÇÃO

Na nossa tese de Doutorado, procuramos desenvolver uma abordagem enunciativa dos sentidos que a língua portuguesa adquiriu no nosso país, nas décadas de 30 e 40. O problema da “identidade linguística” no Brasil já foi tema de muitos debates desde os primeiros anos do Império. Na nossa primeira Constituição, a utilização do termo *língua nacional* para designar a língua falada no Brasil resultou de uma emenda ao Parlamento do Império propondo que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem redigidos “em linguagem brasileira, que é a mais própria”¹. Mais tarde, o problema da identidade linguística também esteve em pauta tanto nos debates travados entre José de Alencar e Pinheiro Chagas, em meados do século passado, como também no movimento modernista, na década de 20 do século atual.

Em todas essas discussões, estavam em causa, direta ou indiretamente, a questão do caráter que a língua portuguesa adquiriu no Brasil tendo em vista, principalmente, o modelo de colonização adotado pela metrópole. As medidas destinadas a oficializar o ensino da língua portuguesa no Brasil, já no século XVIII, após quase dois séculos de ausência de qualquer tipo de política cultural e educacional por parte da metrópole, apareceram em meio a um quadro social marcado pelas seguintes características: a pequena faixa da população alfabetizada contrastava com a maioria absoluta da população, que não dominava a escrita, sendo que parte dessa população falava a *língua geral* ou *nheengatu*. Essa distinção cruzava com uma outra, qual seja, a do bom português em contraste com o mau português (entenda-se aí o português mal falado ou mal escrito).

Os fatos linguísticos que vamos analisar são relativos à identidade da língua portuguesa tendo em vista a imagem discursiva dos seus falantes. Assim, a análise opera no mesmo espaço discursivo em que esses falantes são considerados enquanto cidadãos

¹ Annaes do Parlamento Brasileiro. 22 de junho de 1826. p. 264.

da nação brasileira. Dessa forma, as linhas demarcatórias do domínio do idioma, advindas do cruzamento das distinções que apontamos acima, apontam para a divisão de forças e de poder na sociedade.

O nosso trabalho consistiu em mostrar as bases em que se formulavam argumentos a favor e contrários às tentativas, por parte dos nacionalistas, de mudar a denominação do idioma falado no Brasil (de *língua portuguesa* para *língua brasileira*), nas décadas de 30 e 40. A questão não estava, como se poderia esperar à primeira vista, centrada diretamente na diferença entre o português do Brasil e o português de Portugal, mas no sentido que adquiria essa mudança em relação ao quadro social interno, do próprio País.

Pretendemos, com os textos produzidos em três projetos legislativos propondo a mudança do nome do idioma, desenvolver uma abordagem na linha da Semântica da Enunciação, procurando mostrar como a discussão em torno do atributo “brasileiro” para essa língua nos permite formular algumas hipóteses interessantes sobre como se configurava uma identidade para a nação e para o brasileiro naquele período. Vamos mostrar, nos movimentos de sentido que vão se desenhando ao longo dessa discussão, como as posições de enunciação tomam corpo nos textos, colocando a nu as dependências internas do corpo social.

Para isso, vamos apresentar a seguir alguns conceitos teóricos que nortearam o nosso trabalho. E logo em seguida mostraremos alguns aspectos da análise dos dados, para finalmente refletirmos tanto sobre as implicações relativas à relação entre língua e nacionalidade como sobre as lições advindas da aplicação dos conceitos da Teoria da Enunciação na análise.

1. A ENUNCIÇÃO E AS CONSTRUÇÕES NOMINAIS

O conceito de enunciação que fornece o suporte teórico do nosso estudo parte do princípio de que o acontecimento de linguagem que dá lugar ao enunciado é de natureza histórico-social. Trabalhar com a linguagem na perspectiva do social e do histórico tem sido uma das tarefas de Guimarães (1995), na tentativa de formular um modelo de semântica que trate a enunciação como acontecimento (como propõe Ducrot), e ao mesmo tempo mantenha um traço importante da definição de Benveniste: a enunciação como uma relação com a língua. Operar com o social, nessa perspectiva, significa antes de tudo assumir a perspectiva segunda a qual o centro organizador da enunciação estaria, não no meio que “envolve” o indivíduo, mas precisamente no fato do indivíduo ocupar uma posição de sujeito em relação aos fatos de discurso. Ao ocupar uma posição no acontecimento enunciativo, o sujeito põe a língua em funcionamento.

Esse ponto de vista sobre a enunciação passa pelo conceito de **forma linguística**, formulado por Orlandi (1994). A forma linguística, segundo ela, é considerada na AD sob o modo da *forma material*, isto é, a **forma** na sua capacidade de significar no **discurso**. Daí se poder afirmar que a AD não trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como *fato*, que se produz como objeto da ordem do discurso. Observar os *fatos de linguagem*, nos termos de E. Orlandi, “vem a ser considerá-los em sua historicidade,

enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento” (Orlandi, 1994: 7).

Dessa forma, pensar um fato de linguagem na sua historicidade não é situá-lo no tempo da enunciação nem conceber esse fato como um reflexo do uso (pragmática) da linguagem; a historicidade é constitutiva da *espessura semântica* da linguagem, isto é, ela se constitui já na própria tessitura da materialidade linguística.

Na nossa análise concentraremos a nossa atenção nos recortes de linguagem que se apresentam sob a forma da construção nominal, tentando apreender, na relação entre o substantivo “língua” e seus modificadores adjetivos, complementos e orações relativas, o processo de constituição de referências, tendo em vista os trajetos de memória que determinam as posições de enunciação no texto.

Assim, as construções nominais funcionam como “estações de cruzamento” de sentido. Os diferentes graus de adesão sintática entre os componentes do grupo nominal proporcionam diferentes “investidas” temáticas no texto. É em referência a essa “adesão sintática” que podemos conceber a relação entre a língua e a textualidade.

2. A QUESTÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA

A construção de grupos nominais que funcionam seja explicando, seja determinando as expressões *língua brasileira* e *língua portuguesa* será o objeto imediato da nossa análise. Veremos em primeiro lugar as posições contrárias à mudança de denominação do idioma, e, em seguida, as posições favoráveis à mudança. Para isso, selecionamos da nossa tese alguns recortes de discursos de parlamentares da Câmara do Distrito Federal e Câmara Federal, proferidos nas décadas de 30 e 40.

A. Posições contrárias à mudança

Vejamos um trecho do discurso de Aureliano Leite, deputado da Câmara Federal de 1935, rejeitando o projeto de mudança de denominação do idioma falado no Brasil.

(1)

Existirá, de fato, uma língua brasileira?

Talvez que sim. Mas não é a em que falam os homens educados. Não é a em que nós, Deputados do Parlamento, nos exprimimos, mesmo na intimidade. Não é a em que oramos e escrevemos. Não é a com que convivem e conviveram os nossos maiores prosadores e poetas. Não é a em que se expressaram Matias Aires, João Francisco Lisboa, Santa Rita Durão, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre, Castro Alves, Silveira Martins, Tobias Barreto, Raul Pompéia, Bernardo Guimarães, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, João Ribeiro, Raimundo Correia, Bilac, Coelho Neto, Sílvio de Almeida, Silva Ramos, Amadeu Amaral, para só citar algumas das nossas maiores figuras mortas.

Não é enfim a língua com que se edificou o nosso já considerável patrimônio literário.

Mas é, exceptuando as vozes primitivas da Nação, é aquele dialeto caipira estudado por Amadeu Amaral. É outro dialeto regionalista, é ainda a meia-língua do poviléu, das cidades, o idioma corrompido, a fala vil, a gíria, o calão, o caçanje, não ao expressar da tribo livre dos Caçanjes da África, ou ao que se pareça com as suas vozes, mas a toda língua, seja de que país for, mal falada ou escrita. Chama caçanje como poderia chamar macarrônica, sem alusão ao que se pareça com o italiano ... Também, como nós, todos os outros países modernos, formaram o seu caçanje, paralelamente com a sua linguagem nobre. Já em Roma sucedeu a mesma coisa pelo expressar plebeu que era batizado indiferentemente: rústico, castrense, pedestre ou cotidiano.

(LEITE, Aureliano. 1935. p.330-1)

Há aqui uma oposição constituída sob dois eixos.

O primeiro eixo surge do esforço de sustentar uma posição a partir da qual se estabelece o que não é língua brasileira:

“não é a (língua):

...em que falam...

...em que nós, ...nos exprimimos...

...em que oramos e escrevemos...

...com que convivem e conviveram...

...em que expressam...

...com que edificou...”

No segundo eixo agrega-se um conjunto de particularismos, que passam a caracterizar o que é língua brasileira:

aquele dialeto

outro dialeto

a meia-língua do poviléu

o idioma corrompido

a fala vil

a gíria

o calão

o caçanje

Na formação do primeiro eixo, há a tentativa de caracterizar um conjunto de ocorrências de língua. O referente de “língua” é constituído na formulação de propriedades de uso efetivo dessa língua. Ele nasce da relação entre discursos afins. A identidade dos discursos dá o caráter referencial para a língua. E daí vem o efeito de

unidade e de homogeneidade: mostrar a amplitude das atividades de uso da língua (“em que exprimimos/oramos/escrevemos”; “com que convivem/edificou”), bem como a sua duração no tempo (“convivem/conviveram”) funciona como a abertura de um leque: quanto mais ele é aberto, mais fica evidente um centro, para onde convergem os desdobramentos. O centro é um efeito dos desdobramentos. Efetivamente, o leque não guarda em si um centro: o colocar em funcionamento o leque é que produz um centro. Da mesma forma, o efeito do centro não está diretamente relacionado à sua função. Esse é também um dos efeitos enunciativos sobre a língua, qual seja, colocar o enunciador numa posição em que ele participa desse funcionamento (tal é a relação entre o “dizer” e o “dito”). E aí ele é “afetado” pelo funcionamento da língua.

A mudança do nome do idioma representaria uma mudança no eixo social: o nome “língua brasileira” levaria a uma mudança efetiva de nome e de referente. Isto porque o enunciador, colocando-se na perspectiva do primeiro eixo, efetivamente vê o outro eixo como um outro referente. Dessa forma, o nome “língua brasileira” viria a desestabilizar um discurso, porque passaria a referir-se a objetos circunscritos, não por discursos, mas por uma dispersão que não lhe confere uma identidade. Ela não permite uma identidade definida porque é calcada em categorizações “externas”, do tipo circunstanciais. Essa dispersão se revela na falta de nitidez da própria categorização do idioma (*um dialeto, outro dialeto, a gíria, o calão*). Uma vez que não constitui discurso, o nome “língua brasileira” adquire uma relação de sinonímia com outros nomes: *fala vil, idioma corrompido, meia-língua do povilêu, caçanje, etc.*

Muito importante também é a oração encaixada na linha 17: “excetuando as vozes primitivas da nação”. Estas vozes primitivas não se alinhariam no segundo eixo, portanto. Se ao referente do segundo eixo é negada uma identidade definida, dada a dispersão da referência, aqui a identidade ganha nitidez em referência à nação (“vozes primitivas da nação”). No entanto, ela não comparece como discurso: é uma “voz primitiva”. Dessa maneira, ela não se alinha no primeiro eixo; mas, ao mesmo tempo, não se insere no segundo, tendo em vista a especificidade da ancoragem de sua referência. Reproduz-se aqui a situação do índio no Brasil: perfeitamente identificado com a idéia de nação, mas cujo discurso não se integra no corpo social.

B. Posições favoráveis à mudança

A análise dos discursos que se voltavam para a defesa do projeto de mudança do nome do idioma revela que a categorização da língua é formulada a partir de um lugar em que a categoria da brasilidade é concebida nos termos de uma concepção de social agregada ao naturalismo do século XIX.

Como vimos, na perspectiva dos que pregavam contra o projeto, essa mudança representaria uma mudança no eixo social, ou seja, uma mudança de nome e de referente. Na perspectiva dos que defendem o projeto, por outro lado, a troca do nome representaria uma adequação exigida pelo objeto. É o que se depreende do discurso pronunciado por Frederico Trotta, autor de um dos projetos, na Câmara do Distrito Federal:

(2)

Como tronco que, talvez, não vingasse, ella [língua portuguesa] se distendeu em ramos frondosos, acobertada por essa natureza exuberante, que é a brasileira, parecendo pedir, desde então, vida propria, genuinamente nacional, e naturalização.

Pretendemos naturalização, digo, porque ella é necessaria, em virtude de que, no Brasil, a lingua adquiriu feição mais bella, mais musical, mais racional mesmo, porque afastada das regras litterarias dos classicos.

(Anais da Câmara Municipal. Julho de 1935. p. 228-229)

O que se configura como parâmetro a partir do qual a cidadania entra como referência na denominação de língua brasileira é uma “**naturalização**”. O caráter da língua brasileira aqui ganha sentido no processo de naturalização, a que se refere o vereador. Ancorar a sua argumentação na figura da natureza é algo inseparável do lugar que aí se constitui como posição de enunciação. É uma natureza que aparece no mesmo quadro discursivo em que se configura o brasileiro. Daí ser possível colocar natureza e homem discriminados e dispostos no mesmo domínio (“a natureza e o homem afastavam...”).

Vejamos um outro trecho do discurso do mesmo parlamentar:

(3)

O dia em que passarmos a denominar de brasileiro o idioma em que exprimimos as nossas idéias, os nossos desejos, as nossas dôres, as nossas vontades, as nossas imposições de caracter nacional, teremos resurgido, derrubando a pedra sepulchral que fecha hermeticamente o pensamento traduzido em lingua portugueza.

(Anais da C. Municipal do D. Federal. Agosto de 1935. p.30-31)

Na construção nominal *o idioma em que exprimimos as nossas idéias, os nossos desejos, as nossas dores, as nossas vontades, as nossas imposições de caráter nacional* funciona como um designador e traz as condições para o “desdobramento” que mostramos em (1). Naquele momento, mostrávamos que o desdobramento se dava na forma de um mesmo percurso de funcionamentos (“em que exprimimos/oramos/escrevemos”; “com que convivem/edificou”) e isso produzia um efeito de homogeneidade: a amplitude dos processos (exprimir, orar, escrever, conviver, edificar) funcionava como cristalização de um centro de referência. No presente caso, o efeito de homogeneidade aparece também em função de um desdobramento. Mas não da **amplitude dos processos**. Ele viria da **extensão do objeto**: *exprimimos as nossas idéias, os nossos desejos, as nossas dôres, as nossas vontades, as nossas imposições de caracter nacional*.

A língua brasileira teria como referência a “fala naturalizada”. Ora, essa ancoragem na naturalização é uma posição que, longe de enfrentar a questão da referência da língua, em relação à diferença social agregada à modalidade, coloca-se alheia a ela. A

brasileidade é concebida em relação a uma imagem romântica do País e não em relação ao corpo de falantes que se constituem numa nação de alguma forma. Ao focar a “naturalização” da fala do brasileiro desvia-se da “nacionalização” dessa fala. O homem do Brasil permanece configurado como “homem da terra” e não como cidadão de uma nação.

Na análise das posições contrárias e das posições favoráveis ao projeto, tentamos mostrar o funcionamento do efeito da “idiomaticidade”. A idiomaticidade é relativa ao sujeito que se situa a si e ao outro em relação a um tempo e a um espaço. É em relação a este sujeito que a língua é percebida como idioma. Assim, muitos parlamentares aceitavam a ‘denominação’ de *língua nacional*, para a língua portuguesa do Brasil; no entanto, recusavam a denominação de *língua brasileira*. A nossa hipótese é a de que a denominação de *língua brasileira*, para aqueles que não aceitam essa denominação, é percebida como fora do espaço social em que atuam política e institucionalmente. A configuração dos dois eixos enunciativos pode indicar que, na identificação de percursos comuns na modalidade escrita, residiria o traço de percepção comum do idioma. Em relação ao segundo eixo se situariam aqueles que não se alinham nesse percurso: daí a dispersão de denominativos, a pontualização circunstancial, a heterogeneidade, a assincronia, caracterizadoras nesse eixo.

Por outro lado, para os que defendem a mudança da denominação, a língua é percebida no mesmo espaço em que se configura uma imagem peculiar, romântica, daquilo que seria a “natureza” brasileira.

Esses dois espaços constituem-se então como lugares de configuração da idiomaticidade. E é em relação a esses lugares que se configura a cidadania, nas décadas de 30 e 40 no Brasil: **exclusivista**, de um lado, **ornamental**, de outro.

3. CONSTRUÇÕES NOMINAIS, SENTIDO E DISCURSO

A análise das construções nominais tem fornecido argumentos para aqueles que estudam o sentido tanto a partir de modelos puramente semânticos quanto a partir de modelos configurados numa ordem pragmática.

Para aqueles que trabalham com modelos puramente semânticos, as relações contraídas no interior do grupo nominal podem se constituir em propriedades semânticas definidas. Dessa forma, em “*A língua em que oramos e escrevemos*”, o julgamento de atribuição que relaciona “*em que oramos e escrevemos*” a “*língua*” deve ser formulado a partir de um julgamento de existência. Esse julgamento de existência forneceria ao núcleo “*língua*” um valor de suporte, em torno do qual se organiza o argumento fornecido pelo especificador (Danon-Boileau, 1989).

Para os que trabalham com modelos teóricos fundamentados na pragmática, as relações de sentido contraídas pelo grupo nominal se devem ao seu **uso**. Dessa forma, sendo “*a língua em que oramos e escrevemos*” utilizada como uma expressão destinada a identificar um ser específico da realidade, a referência a esse ser específico se constitui tendo em vista a intenção do locutor. Recairia no locutor a responsabilidade pela

referência. Dessa maneira, as relações de sentido contraídas no grupo nominal são devidas a um uso específico desse enunciado, num contexto específico, por um locutor específico.

Assim, se no primeiro caso a referência se constitui a partir de um julgamento de existência, no âmbito das relações internas ao grupo nominal; no segundo, a referência se constitui a partir de um uso específico do grupo nominal, tendo em vista as particularidades relativas ao momento em que o enunciado é proferido.

Disso resultam duas maneiras de conceber a forma linguística: a partir de propriedades semântico-formais e a partir do uso pelo locutor.

Esse quadro pode ser considerado uma projeção dos dois espaços teóricos que tradicionalmente fundamentam os debates em torno do sentido nos estudos da linguagem.

A abordagem que desenvolvemos neste estudo se configura como uma outra via no tratamento do sentido. No nosso entender, o sentido se constitui nos recortes a partir dos quais se configuram as relações de referência no acontecimento enunciativo.

O sentido é tratado em referência aos domínios de memória, configurados discursivamente. É da relação entre discursos que se configuram os recortes de sentidos que vão se desenhando nas relações que as formas linguísticas contraem entre si, fornecendo os contornos da textualidade.

Daí o fato de utilizarmos o termo **funcionamento** ao abordarmos a questão das construções nominais. Um determinado funcionamento das construções nominais possibilita tanto a tessitura do texto como a configuração das posições do enunciadador. São as construções nominais lugares de observação privilegiados, pelo fato de funcionarem como estações de cruzamento de sentidos no texto.

Na nossa concepção, um programa de semântica, constituído na base desses fundamentos, e desenvolvido a partir dos fatos analisados, pode nos fornecer elementos para falarmos sobre a cultura brasileira.

CONCLUSÃO

Procuramos, no decorrer deste estudo, desenvolver uma linha de investigação voltada para o problema da significação na linguagem. Para isso, procuramos trabalhar o conceito de **história** a partir do quadro teórico da teoria do discurso de linha francesa, que vê o histórico relativamente a uma concepção discursiva no tratamento dos fatos de linguagem. O conceito de enunciação ganha uma outra densidade teórica a partir do momento em que se tem por inerente ao acontecimento da produção do enunciado o fato de ser ele afetado por uma **memória discursiva**, pelo interdiscurso, vale dizer.

Tendo em vista esse aparato teórico, partimos para a análise do termo *língua brasileira* nos discursos parlamentares nas décadas de 30 e 40 no Brasil. Procuramos, mais especificamente, abordar o problema da significação nos processos de constituição de grupos nominais no texto, precisamente os grupos nominais relativos à denominação do idioma falado no Brasil.

A análise das construções nominais nos mostrou dois aspectos relativos à denominação do idioma no Brasil:

a) Na perspectiva daqueles que se posicionaram contrários aos projetos de mudança do nome da língua falada no Brasil, o nome *língua brasileira* é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos de escrita, sob os auspícios da *língua portuguesa*, o seu suporte, a sua referência;

b) Na perspectiva daqueles que defendem os projetos de mudança do nome do idioma, *língua brasileira* tem a sua referência constituída a partir de uma imagem romântica do País, uma imagem fundada ao mesmo tempo no positivismo e no ufanismo que, ao longo da segunda metade do século passado e da primeira metade deste século, marcaram a nossa história.

A análise revelou que, na primeira perspectiva, o brasileiro, enquanto sujeito que se utiliza da língua falada no país, só é percebido como cidadão tendo como referência o percurso de escrita. Assim, aqueles que não dominam a escrita ficam alijados da categoria de cidadão. Na segunda perspectiva, a identidade de brasileiro é deslocada para uma região distante do debate social; esta região é aquela em que se constrói uma imagem de brasileiro distante da realidade que o circunda.

A análise dos enunciados relativos à denominação da língua do Brasil nos fez ver que as demandas histórico-discursivas que se apresentam na configuração das construções nominais são decisivas para concebermos a significação de *língua brasileira* relativamente às forças institucionais reguladoras de sentido na época. Mostramos, em relação a isso, o papel da constituição da textualidade, tendo em vista que as construções nominais se configuram como “estações de cruzamento de sentido” na ordem textual.

Enfim, procuramos mostrar que o tratamento do problema do sentido na linguagem, desenvolvido a partir da semântica com a qual operamos neste estudo, permite que formulemos juízos a respeito da relação entre a imagem discursiva da língua e a constituição de parâmetros da cidadania, e da configuração da idéia de nação, no Brasil.

Nesse sentido, pudemos sentir o quanto as forças políticas do País, nas décadas de 30 e 40, se colocavam alheias a todo o esforço do movimento cultural que, a partir da Semana de Arte Moderna, propunha pensar as coisas da nação fora dos cânones positivistas.

BIBLIOGRAFIA

- ANAIS da Câmara Municipal do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, julho a dezembro de 1935.
- ANAIS da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 1935.
- ANAIS da Assembléia Constituinte*. Rio de Janeiro, 1946.
- CANDIDO, A. “Uma palavra instável”. in: *Folha de São Paulo*. Caderno **Mais**, 27/08/95. p. 13-14.
- CASTRO, J. A. “Formação e desenvolvimento da Língua Nacional Brasileira”. in: A. Coutinho (org.) *A literatura no Brasil*. 3.ed. vol. I. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.
- DANON-BOILEAU, L. “La détermination du sujet”. *Langages* 94. Paris: Larousse, 1989.
- DUCROT, O. “Enunciação”. *Enciclopédia Einaudi*. vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

- GUIMARÃES, E. J. *Os limites do sentido; um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- HENRY, P. "Constructions relatives et articulations discursives". *Langages* 37. Paris: Didier-Larousse, 1975.
- LEITE, A. "Língua brasileira? Não, língua portuguesa". Anais da Câmara dos Deputados (1935). in: E. P. Pinto (org.) *O português do Brasil*. vol. 1. São Paulo: EDUSP, 1981. p. 323-350.
- MATTOS E SILVA, R. V. "Português brasileiro: raízes e trajetórias". *Ciência Hoje* 15 (86). SBPC, 1992.
- ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez/ed. da UNICAMP, 1990.
- ORLANDI, E. "Texto e discurso". *Organon*. Porto Alegre: UFRS, 1995.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e discurso*. Campinas: ed. da UNICAMP, 1988.
- RODRIGUES, J. H. "A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial". *Humanidades* 1 (4). Brasília: UNB, 1983.